

Apresentação

Dossiê: O patrimônio cultural como ofício da História

Renato Fonseca de Arruda *

renato.fonseca@unemat.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0032-6214>

Cristina Helou Gomide**

cristinahelou@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8333-0667>

Raul Amaro de Oliveira Lanari ***

raul_lanari@ufg.br

 <https://orcid.org/0009-0008-2272-7979>

A profissão de historiador(a) foi regulamentada em agosto de 2020 pela Lei 14.038, que estabeleceu os requisitos e atribuições para o exercício das atividades no campo da História. Entre as responsabilidades dos historiadores estão: organização de informações para publicações, exposições e eventos; planejamento e direção de pesquisas históricas; avaliação e seleção de documentos para preservação; e elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos e laudos sobre temas históricos.

Apesar do reconhecimento da atuação profissional dos historiadores nos processos de preservação e defesa do patrimônio, a ausência de uma menção explícita ao patrimônio cultural nesta lei levantou questões sobre a inclusão do patrimônio como parte do ofício dos historiadores nas áreas de ensino, gestão, pesquisa e comunicação. Além disso, há lacunas na formação para o patrimônio cultural e museus nos estados localizados a oeste do traçado do

* Graduado em História (UNEMAT). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN). Doutor em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Cursa estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da UNEMAT, Campus de Cáceres, com apoio da CAPES.

** Graduada e Mestre em História pela UFG. Doutora em História pela PUC-SP. Professora de Ciências Humanas na FE-UFG. Trabalha com as categorias fundamentais das Ciências Humanas: Tempo, Espaço, Relações Sociais, Cultura e Política. Investiga questões relacionadas a Patrimônio, Museu, Histórias Públicas com ênfase no Ensino de História, História Regional e do Brasil.

*** Bacharel, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é Professor Adjunto da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Tratado de Tordesilhas (1494), devido à concentração de patrimonializações e museus federais nos estados e municípios litorâneos, incluindo alguns que ficam no país adentro, como Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás.

Foi em torno dessas problemáticas que nos organizamos no Grupo de Trabalho (GT) “História e Patrimônio” da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), com propostas de ação incluindo a defesa do patrimônio cultural brasileiro e a realização do IV Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, com o tema “O Patrimônio Cultural como Ofício da História”. Dentre as ações propostas pelo GT para o final de 2021 a 2023, incluíam-se a continuidade na defesa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das instituições estaduais de proteção do patrimônio, o apoio e articulação de eventos com a ANPUH Nacional e GT’s estaduais, e a criação de novos GT’s em estados que ainda não possuíam. Também enfocamos em manter a comunicação ativa com a comunidade de historiadores e a sociedade, e realizar e/ou estimular os debates sobre a importância dos historiadores na área do patrimônio, especialmente após a regulamentação da profissão em 2020.

Nesse período, identificamos e ainda consideramos essencial a participação de historiadores nas equipes de patrimonialização e musealização, na gestão da política de preservação do patrimônio, assim como a obrigatoriedade de disciplinas focadas na preservação do patrimônio cultural, incluindo o museológico e arquivístico, nos cursos de graduação em História. Foram envidados esforços para a criação e realização de cursos na área do patrimônio, fortalecer parcerias com o Fórum Nacional de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro e articular com poderes públicos de diferentes esferas governamentais para ampliar investimentos públicos em pesquisas, ações de salvaguarda, difusão e valorização do patrimônio. O reconhecimento da trans, multi e interdisciplinaridade do patrimônio foi destaque nos debates, na criação de espaços para a valorização de mestres dos saberes tradicionais, na interseção entre História Pública e Patrimônio Cultural, e nas discussões sobre leis culturais e políticas de patrimônio, arquivos e museus. Além disso, reconhecemos o campo do patrimônio como “lugar investido de uma historicidade, ou seja, que se constitui no tempo e no espaço (...). Somente a partir desta perspectiva crítica é possível relativizar o lugar da instituição e o papel daqueles que atuam a partir da sua estrutura e avançar no entendimento sobre os sentidos do patrimônio cultural” (Brasil, 2010, p. 209).

Dentre as ações, destacam-se o apoio direto na construção e manifestação de documentos públicos em defesa do Mato Grosso na Amazônia Legal e contra o PL 191/2020; preservação do patrimônio cultural do Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, Mato Grosso; preocupação com as indicações para as superintendências estaduais do IPHAN; repúdio à destinação do Palácio Rio Branco a hotel privado; e posicionamento contra o leilão do edifício do Arquivo Público do Estado da Bahia. Além disso, apoiamos o manifesto por uma Política do Patrimônio Cultural do Distrito Federal e manifestações sobre o perímetro de tombamento da Serra do Curral, o desmonte do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Betim, a ameaça ao Patrimônio Cultural no Serro, e a instalação de tirolesas no Pão de Açúcar e Morro da Urca, no Rio de Janeiro. Houve também mobilização para a construção de propostas em defesa do patrimônio cultural em cartas abertas aos candidatos das eleições municipais e estaduais de 2020 e 2022.

Cabe salientar que além das experiências e pesquisas dos membros do GT, tais ações também tiveram na **Carta da Pesquisa Histórica no IPHAN**, elaborada em novembro de 2007, as bases para pensar as diretrizes para fortalecer a pesquisa histórica na preservação do patrimônio cultural para além da instância institucional, haja vista que reconhece a importância da integração interdisciplinar e a valorização do acervo documental do IPHAN como fundamentos para construir narrativas históricas. O documento sublinha o papel crucial dos historiadores na preservação do patrimônio, promovendo a capacitação contínua e a reflexão metodológica. Conceitua-se os "historiadores do patrimônio" como profissionais dedicados não apenas à pesquisa, mas também à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de preservação, evidenciando a importância de um olhar histórico na valorização e proteção do patrimônio cultural brasileiro (Brasil, 2008).

Essas ações, experiências e acúmulos de debates permitiram apresentar as estruturantes propostas de atuação de historiadores no processo de preservação, abrangendo políticas de proteção e gestão, documentação e registro, comunidades, memórias e identidades. Assim, podemos indicar como possíveis contribuições aos historiadores do campo do patrimônio cultural os seguintes pontos teóricos e metodológicos:

- **Historiografia Ativa:** com atuação direta em consultoria e assessoria nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de preservação do patrimônio, garantindo a integração de saberes, teorias e debates em diferentes contextos, saberes, fazeres e territórios.

- Educação Patrimonial e Museal: na implementação de programas e projetos educativos que promovam a consciência histórica e os múltiplos valores e sentidos atribuídos em defesa do patrimônio cultural e das referências culturais.
- Metodologias de Pesquisa: o rigor teórico e metodológico nos estudos, documentação, formação de base de dados, valorização e difusão, contribuindo para a criação de registros e documentações abrangentes e acessíveis.
- Formação e Conservação de Arquivos Digitais e Físicos: pelo uso de tecnologias digitais de modo a registrar e disseminar informações, bem como pela formação de acervos públicos e particulares, pautado no valor do acesso aberto e o engajamento público na defesa do direito à memória.
- Engajamento Comunitário: apoio técnico de modo a contribuir na facilitação do engajamento das comunidades locais em processos e instâncias de decisões sobre a preservação de seu patrimônio, promovendo um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada.
- Produção de Narrativas Inclusivas: mediante ao compromisso ético e respeito à diversidade cultural, reconhecendo e valorizando as contribuições de diferentes grupos culturais nos processos de preservação, entendida no sentido amplo.
- História Oral: a partir dos métodos e técnicas que capturam e problematizam narrativas e memórias das comunidades, integrando essas vozes nos processos de gestão do patrimônio.

Alessandro Portelli (2004, p.297) nos lembra que os relatos “acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo. Por isso, as culturas desenvolvem métodos para obter alguma independência do tempo e para preservar as palavras”. Neste sentido, entendemos que preservar não significa fossilizar, mas usar as palavras do passado para ressignificar o presente, tornando o patrimônio cultural um elemento essencial para as identidades. A memória, mesmo trazendo resíduos do passado, é moldada pelas necessidades do presente e incorpora elementos dominantes e alternativos, como sugere Raymond Williams. Portanto, faz-se necessário ter um olhar crítico, inclusive sobre as conquistas do presente, deve ser sempre considerado nos debates. Nas palavras de Williams (1979),

É importante distinguir esse aspecto do residual, que pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposta com a cultura dominante, daquela manifestação ativa do residual (distinguindo-se este do arcaico) que foi incorporada, em grande parte ou totalmente, pela cultura dominante (Williams, 1979, p. 125).

A realização do IV Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, entre os dias 10 e 13 de outubro de 2022, na Cidade de Goiás – GO, neste sentido, foi uma plataforma crucial para o debate e a reflexão sobre o papel do patrimônio cultural na prática historiográfica. O tema do seminário, ao focar no “Patrimônio cultural como um ofício da História”, buscou aprofundar nas análises sobre como os historiadores se envolvem com a identificação,

preservação e gestão do patrimônio cultural. A intenção foi discutir não apenas as práticas recorrentes, mas também as inovadoras, que poderiam contribuir para a valorização e proteção do patrimônio nas suas naturezas material e imaterial. Neste sentido, os trabalhos apresentados no evento refletiram a diversidade de contextos e experiências, desde estudos de casos específicos até discussões teóricas amplas que abordam questões metodológicas e éticas.

Em vista disso, cientes dos impactos das decisões enquanto historiadores do tempo presente, que a publicação deste dossiê na revista *Caliandra* foi proposto como forma de contribuir para o fortalecimento da ANPUH nacional e estadual, incluindo o seu periódico em nível estadual, dado que o evento foi realizado na Cidade de Goiás, no Estado de Goiás. Esta decisão parte do reconhecimento do comprometimento da Revista *Caliandra* com a difusão do conhecimento histórico no campo do patrimônio cultural, a qual se constitui numa plataforma relevante e acessível para compartilhar parte dos resultados do IV Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, reforçando a importância da história e do patrimônio cultural no contexto regional e nacional.

Este dossiê, intitulado "O Patrimônio Cultural como Ofício da História", reúne uma seleção de artigos apresentados durante o evento, oferecendo uma visão abrangente e multidimensional das diversas abordagens, desafios e perspectivas que caracterizam o campo do patrimônio cultural na atualidade. Os artigos trazem essa diversidade de temáticas, fontes e abordagens que oportunizam conhecer os caminhos que a memória vai trilhando e o modo como temos não somente registrado, mas como a temos problematizado. Felizmente, a grande maioria dos trabalhos, além de refutar a história construída hegemonicamente, aponta caminhos para que conheçamos uma memória contra-hegemônica.

Os artigos incluídos neste dossiê abordam uma variedade de tópicos, tais como políticas de preservação, o papel das comunidades na gestão do patrimônio, a documentação e registro de bens culturais, e a interação entre memória, identidade e patrimônio. Esperamos que possam auxiliar na compreensão de que pensar o patrimônio como ofício da História envolve integrar esses conceitos e valores na prática historiográfica também no tempo presente, bem como compreender que historiadores e historiadoras desempenham um papel central não só na pesquisa e documentação do patrimônio cultural e das referências culturais de diferentes povos e comunidades, mas também na sua gestão, valorização e difusão.

Este dossiê, ao reunir estudos que abordam esses temas de forma multidisciplinar, proporciona uma base sólida para a reflexão e ação no campo do patrimônio cultural,

destacando a importância da colaboração entre historiadores, comunidades e instituições na preservação do legado cultural para as futuras gerações.

Esperamos que este dossiê inspire novos estudos e práticas que fortaleçam a conexão entre história e patrimônio cultural, destacando a relevância desse campo para a compreensão e valorização da diversidade cultural. Além disso, possa promover um diálogo contínuo entre acadêmicos, profissionais e comunidades sobre a importância e os desafios da preservação do nosso legado cultural.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas inspirem novos estudos e práticas que fortaleçam a conexão entre história e patrimônio cultural, destacando a relevância desse campo para a compreensão e valorização da diversidade cultural e histórica.

Diante do exposto, os artigos foram organizados em quatro seções principais, cada uma abordando um aspecto essencial do tema:

Seção 1: Políticas de Preservação e Gestão do Patrimônio

Esta seção abre o dossiê com artigos que discutem as políticas públicas de preservação do patrimônio, com estudos de casos que ilustram os desafios e avanços na gestão de bens culturais nas diferentes esferas governamentais. Destacam-se os trabalhos de Maria Bárbara Thame Guimarães e Jandeilson Simões Pereira, que traçam os percursos das políticas públicas e dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural operados pelo governo do estado Mato Grosso desde a criação de sua Fundação Cultural em 1975 até os dias atuais, seguido por Michelle de Carvalho Cheibub, que apresenta ações do Projeto Territórios Culturais, que integra a Política de Educação Patrimonial do Distrito Federal, com garantia de acesso pelos estudantes da rede pública de ensino ao patrimônio cultural, em conformidade aos pressupostos teóricos do currículo em movimento da educação básica distrital.

Seção 2: Documentação e Registro

A segunda seção foca na documentação e registro de bens culturais, destacando a importância dessas práticas para a preservação e valorização do patrimônio. Claudia Helena Campos Nascimento discute o papel crucial da documentação na preservação do patrimônio cultural, bem como suas fragilidades em decorrência da falta de uma política específica para proteção dos acervos e a ausência de pesquisas sistemáticas sobre essas fontes de memória que contribuem para o descaso em relação a essas importantes manifestações históricas em Roraima, enquanto Maria Helena Japiassu Marinho de Macedo investiga a contribuição de

povos indígenas para o cinema brasileiro, privilegiando a dimensão imaterial do patrimônio cultural.

Seção 3: Comunidades e Patrimônio

A terceira seção explora a relação entre comunidades locais, processos de musealização e patrimonialização e a gestão do patrimônio cultural, enfatizando a participação comunitária na preservação de bens culturais. Gabriel da Silva Vidal Cid e Valeria Moura Vidigal Cid analisam a criação do Museu das Remoções e a resistência da comunidade da Vila Autódromo, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, enquanto Michael Douglas dos Santos e Aline Teles Rodrigues discutem a história do Clube 13 de Maio e sua importância para a população negra em Jataí /GO.

Seção 4: Memória, Identidade e Patrimônio

Encerrando o dossiê, a quarta seção apresenta discussões teóricas sobre a relação entre memória coletiva, identidade e patrimônio. Wazime Mfumukala Guy Baudouin aborda os desafios da preservação dos patrimônios em perigo na República Democrática do Congo, e Jordana Gouveia e Silva e Luana Nunes Martins Oliveira destacam o patrimônio arquitetônico do setor central de Goiânia e sua influência na formação da identidade urbana.

Por fim, cabe ressaltar que esta coletânea, fruto de um evento dedicado ao debate sobre o Patrimônio Cultural enfocando o ofício dos(as) historiador(as), marca a trajetória de luta e conquistas ao longo do tempo, representadas, em parte, pela Lei 14.038/2020. É importante enfatizar que o processo continua.

Embora muitos cursos de História tenham sido criados pelo país e se dediquem à formação de profissionais para atuar em história pública, ensino de história, patrimônio e museus, ainda é possível perceber que muitos desses cursos carecem de um debate aprofundado sobre a área, pois não apresentam os avanços conquistados, e negligenciam discussões conceituais essenciais para a produção de conhecimento consolidado.

Ainda hoje, em uma rápida análise dos projetos político-pedagógicos dos cursos presenciais de História de universidades públicas, localizados em cidades com conjuntos tombados em nível federal na região Centro Oeste, é possível encontrar narrativas que carecem de aprofundamento nas teorias e conceitos relacionados aos processos de preservação do patrimônio cultural, arquivos e os museus, apresentando, por vezes, abordagens desatualizadas

e/ou superficiais. Nesse contexto, o evento que originou este dossiê representa um ato de resistência, e esta coletânea é uma extensão dessa luta contínua.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão aos autores que submeteram seus trabalhos finais, cujas análises e reflexões valiosas enriqueceram este dossiê. O empenho e dedicação de todos foram essenciais para a construção de um conteúdo diversificado e de alta qualidade. Nossa gratidão se estende à equipe de editores e pareceristas ad hoc da Revista Calíandra, que acolheu prontamente a proposta e avaliou os artigos, demonstrando um compromisso exemplar com a difusão do conhecimento e a valorização do patrimônio cultural como ofício da História. Este trabalho conjunto fortalece a importância da colaboração acadêmica e reforça o papel crucial dos historiadores na preservação e valorização do nosso patrimônio cultural. Agradecemos aos pares historiadores pela confiança depositada na diretoria do GT História e Patrimônio (2021-2023), desde o processo de escolha até a conclusão deste trabalho. Nossa gratidão também ao colega Yussef Daibert Salomão de Campos pela coordenação de parte dos trabalhos desde a idealização até a execução do IV Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural. Por fim, agradecemos à CAPES pelo apoio fundamental na realização do evento, bem como a Associação de Artistas Plásticos de Mato Grosso (Artemat) pela produção e disponibilização da capa do dossiê.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Renato Fonseca de. *Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

ARRUDA, Renato Fonseca de. *Política de Museus e Patrimônio cultural da UNEMAT: trajetórias, perspectivas e desafios*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2022.

BARROS, José D.'Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*, compilado até a Emenda Constitucional no 129/2023. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 452p.

BRASIL. [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Oficina de Pesquisa, *A questão do nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa*. Coordenação--Geral de Pesquisa e Documentação. – Rio de Janeiro: IPHAN, DAF, Copedoc, 2010. 216 p.

BRASIL. [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. *Oficina de Pesquisa. Anais da I Oficina de Pesquisa a pesquisa histórica no IPHAN*. Patrimônio: práticas e reflexões. 2 - Rio de Janeiro : IPHAN/COPEDOC, 2008. 148p.

BRASIL (Senado). *Lei nº 14.038, de 17 de Agosto de 2020*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Diário Oficial da União (D.O.U), publicado em 18 ago..2020, pág. nº 4. Brasília - DF, 2020.

CERCEAU NETTO, Rangel; LANARI, Raul Amaro de Oliveira. Metodologias para abordagens sobre inventários culturais em bairros. (Dossê: As Dinâmicas do Patrimônio Cultural da Materialidade a Imaterialidade). *e-hum Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI-BH*, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 104-111, dez. 2019.

CHAGAS, Mario; Gouveia, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação) *Cadernos do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, vol. 1, n.1 (jan./jul. 1986). Chapecó: Unochapecó, 2014.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice. *Seminários DEP/FLUP*, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*, nº 34. Brasília-DF/ Rio de Janeiro: IPHAN, p.147-166, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOMIDE, Cristina Helou; RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Usos públicos da História, patrimônio e memória: cantando hinos, ensinando a hegemonia ou o bandeirante “Nosso” de cada dia. *Novas Perspectivas em Pesquisas: Memórias e Narrativas.*, v. 34, p. 29-44, 2023.

GOMIDE, Cristina Helou. Quem produz patrimônio? O que é patrimônio? A quem pertence o patrimônio? Para quê e por que falar de patrimônio?. *Revista Caliandra*, v. 1, p. 45-50, 2021.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas [Conferência Magna. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, v.1, p.2009.

MORAES, Saulo Augusto. Processos dialógicos complexos: considerações iniciais sobre o projeto de pesquisa Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes e o Museu do Vale do Arinos. *RELVA - Revista de Educação do Vale do Arinos*, Juara/MT/Brasil, v. 8, n. 2, p. 132-145, jul./dez. 2021.

MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. O Museu do Vale do Arinos para os povos indígenas do Vale do Arinos: uma análise a partir da perspectiva indígena Munduruku. *Anais Vol. 14 (2019): Seminário de Educação do Vale do Arinos*, Juara/MT, Brasil, 04-06 setembro 2019,

NEVES, S. M. A. S.; ARRUDA, R. F. Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, Mato Grosso: de que paisagem estavam falando? In: MONTECCHI, A. F.; ARAÚJO, M. S. S.;

CEREZER, O. M. (Orgs.). *Tramas de memórias nos fios da História de Cáceres*. Cáceres: Editora UNEMAT, 2023. pp.399-430

PORTELLI, Alessandro. “O Momento da Minha Vida”: funções do tempo na história oral. In: KHOURY, Yara; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; FENELON, Déa Ribeiro. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 296-313.

RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral; GOMIDE, Cristina Helou. Usos públicos da história, ensino de história: comemoração e hegemonia na questão da bandeira do Anhangüera. In: Bueno, André; Campos, Carlos E. C.; Assumpção, Luis F. B.. (Org.). *Ensinar História: Experiências, Patrimônio e Museologia*. 1ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2022, v. 1, p. 144-150.

SILVA, Tátilla Roberta Sousa Santos; LANARI, Raul Amaro de Oliveira. A Folia de Reis como Patrimônio Cultural de Itapuranga, Goiás. *Building the Way - Revista do Curso de Letras da UEG*, v. 13, p. 85-104, 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.